



A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA DA GERAÇÃO ALPHA

Patrícia Graciela da Rocha (UFMS)¹
patrigraciro@gmail.com

RESUMO: O objetivo deste estudo é analisar os livros didáticos de língua portuguesa utilizados na rede pública municipal de Campo Grande – MS, no quadriênio 2020-2023, aprovados e disponibilizados pelo Programa Nacional do Livro didático de 2020 (PNLD/2020), observando como os livros da Geração Alpha para o Ensino Fundamental, anos finais, tratam a variação linguística em sua coleção de quatro volumes. Considerando a tendência entre os livros didáticos a tratar a variação linguística apenas como conteúdo de ensino, dando um tratamento muito superficial ao tema, muitas vezes limitando-se à apresentação folclorizada da variação geográfica ou um tanto estereotipada das falas rurais, minha intenção é verificar se a referida coleção consegue ir além dessa superficialidade previsível e se alcança tratar da variação social. A análise que proponho tem duas orientações: uma quantitativa e outra qualitativa/discursiva, baseando-me no roteiro para análise de livros didáticos sugerido por Bagno (2007). Dentre os resultados encontrados, destaco que a Coleção apresenta uma proposta que se aproxima bastante dos pressupostos de uma Pedagogia da Variação Linguística (ZILLES e FARACO, 2015), embora haja alguns pequenos equívocos e lacunas.

PALAVRAS-CHAVE: Variação Linguística. Livro Didático. Ensino Fundamental.

RESUMEN: El objetivo de este estudio es analizar los libros de lengua portuguesa utilizados en la red pública municipal de Campo Grande - MS, en el cuatrienio 2020-2023, aprobados y puestos a disposición por el Programa Nacional de Libros Didácticos de 2020 (PNLD / 2020), observando cómo los libros de la “Geração Alpha” para la escuela primaria, últimos años, tratan la variación lingüística en su colección de cuatro volúmenes. Considerando la tendencia entre los libros didácticos a tratar la variación lingüística solo como contenido didáctico, dando un tratamiento muy superficial al tema, a menudo limitado a la presentación folclórica de la variación geográfica o algo estereotipado en líneas rurales, mi intención es verificar si dicha colección logra ir más allá de esta superficialidad predecible y lograr variación social. El análisis que propongo tiene dos orientaciones: cuantitativa y cualitativa / discursiva, basada en el guión para el análisis de libros didácticos sugerido por Bagno (2007). Entre los resultados encontrados, destaco que la Colección presenta una propuesta muy cercana a los supuestos de la Pedagogía de la Variación Lingüística (ZILLES y FARACO, 2015), aunque existen algunos pequeños errores y lagunas.

PALABRAS CLAVE: Variación lingüística. Libro didáctico. Enseñanza fundamental.

1 Introdução

A Rede Municipal de Ensino (REME) de Campo Grande/MS foi destaque nos números do último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), apresentado

¹ Professora Adjunta do Curso de Letras da FAALC/UFMS. Doutora em Linguística. E-mail: patrigraciro@gmail.com



pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP em 2018. No ranking nacional ela ocupa o 4º maior Ideb das escolas públicas do país. Os números positivos, em comparação com outras capitais do país, ultrapassaram as médias das redes públicas nacionais e do próprio Estado de Mato Grosso do Sul. Nos anos iniciais, a média alcançou a nota 5,7 ultrapassando a nacional, que obteve 5,5. Nos anos finais, a nota 5,0 também ficou acima da média nacional que atingiu 4,4 enquanto a média em relação aos anos finais para as escolas públicas de todo o Estado foi de 4,6 (PREFEITURA DE CAMPO GRANDE, 2018).

Embora esses dados devam sempre ser relativizados enquanto representativos da qualidade do ensino praticado em um determinado sistema educativo, não se pode negar que eles são motivo de orgulho para gestores e professores que precisam cumprir metas a médio e longo prazo. Nesse sentido, acredito que é importante destacar os índices alcançados pela Escola Municipal Antônio de Sá Carvalho, nos anos iniciais, que obteve o maior Ideb entre as redes públicas de Campo Grande e o segundo maior entre as redes públicas do Estado, com a média 7,6, bem como a Escola Municipal Major Aviador Y Juca Pirama de Almeida que foi destaque nos anos finais, alcançando o 2º maior Ideb entre as escolas da rede pública de Campo Grande e o 3º entre as escolas da rede pública de Mato Grosso do Sul, com a média de 6,5. O índice das duas unidades de ensino municipal ultrapassou a meta estipulada para o ano de 2021 (PREFEITURA DE CAMPO GRANDE, 2018).

Diante desse cenário, considero imperativo analisar os livros didáticos utilizados pela referida REME que atende um público de aproximadamente 100 mil estudantes, uma vez que, de modo geral, os livros didáticos costumam ser instrumentos estruturadores do ensino intermediando as relações entre alunos, professores e conhecimento (GONZÁLES, 2015).

Sendo assim, analisarei neste texto os livros didáticos de língua portuguesa utilizados na REME de Campo Grande – MS, no quadriênio 2020-2023, aprovados e disponibilizados pelo Programa Nacional do Livro didático de 2020 (PNLD/2020). Meu objetivo central é analisar como os livros da Geração Alpha para o Ensino



Fundamental, anos finais, tratam a variação linguística em sua coleção de quatro volumes.

Considerando a tendência entre os livros didáticos a tratar a variação linguística apenas como conteúdo de ensino, dando um tratamento muito superficial ao tema, muitas vezes limitando-se à apresentação folclorizada da variação geográfica ou um tanto estereotipada das falas rurais, minha intenção é verificar se a referida coleção consegue ir além dessa superficialidade previsível e se alcança tratar da variação social que é, de acordo com Faraco (2015), a verdadeira questão a ser enfrentada, “já que é ela que serve de critério para os gestos de discriminação dos falantes e de violência simbólica” (p.20).

A análise que proponho tem duas orientações: uma quantitativa e outra qualitativa/discursiva. Primeiramente, por meio da leitura dos sumários dos quatro livros didáticos da coleção, procurei os capítulos dedicados explicitamente à variação linguística e contabilizei o número de vezes que tal anúncio aparece na lista de “conteúdos” e na lista de “objetivos de conhecimento”. Em seguida, após a leitura desses capítulos, analisei a forma como a variação linguística é abordada baseando-me no roteiro para análise de livros didáticos sugerido por Bagno (2007).

Organizo este texto da seguinte forma: na seção 2 apresento brevemente um histórico do livro didático no Brasil, a concepção e o funcionamento do PNLD; na seção 3 apresento a coleção analisada descrevendo suas partes; na seção 4 apresento minha leitura e análise dos capítulos dedicados à variação linguística e, finalmente, na seção 5 encerro o texto com minhas considerações finais.

2 PNLD: História, concepções e funcionamento

O PNLD nasceu em 1985 em um formato muito parecido com o atual. Desde aquela época o programa se responsabilizava por intermediar a relação entre professores e editoras de livros didáticos, ou seja, os professores escolhiam os livros e o estado, por meio do PNLD, os comprava e distribuía para as escolas públicas. Essa organização, no



entanto, não dava ao Estado a possibilidade de interferir na qualidade desses livros. Como consequência, viu-se nas décadas de 1970 e 1980 multiplicarem-se as críticas aos livros didáticos, em especial com relação a incorreções teóricas e a veiculação de preconceitos (GONZÁLES, 2015).

Em 1995-96 o PNLD passou a avaliar os livros submetidos ao Programa com o objetivo de adequar o material aos recém-lançados PCN e à nova LDB. Em suma, o processo é o seguinte: a iniciativa privada elabora livros didáticos e os submete à avaliação do PNLD que os encaminha a professores universitários que prestam serviços como consultores especializados e avaliam os livros a partir dos critérios estabelecidos pelo Programa aprovando-os ou não. Esses profissionais elaboram resenhas dos livros aprovados e um “Guia de livros didáticos” que é disponibilizado para professores e gestores da escola básica que devem ler esse Guia, discutir com seus colegas e escolher o título, ou a coleção, com que querem trabalhar. Por fim, o MEC negocia os preços com as editoras e faz compra dos livros que serão distribuídos para as escolas (GONZÁLES, 2015).

O PNLD envia anualmente livros didáticos a todas as escolas públicas cuja rede de ensino tenha adesão formal ao Programa. Em 2017, uma grande parte da execução do Programa passou a ser realizada pelo sistema PDDE² interativo que objetivou facilitar e dar maior celeridade ao remanejamento, à solicitação da reserva técnica e à escolha dos livros didáticos pelas escolas.

O objetivo do Sistema de Remanejamento, no PDDE interativo, é auxiliar os sistemas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal na realização das trocas de livro entre escolas, buscando equilibrar as quantidades disponibilizadas a cada uma. Tal sistema fica sempre disponível para que as escolas possam realizar a troca dos livros

² O PDDE Interativo é uma ferramenta de apoio à gestão escolar desenvolvida pelo Ministério da Educação, em parceria com as Secretarias de Educação, e está disponível para todas as escolas públicas cadastradas no Censo Escolar de 2014. Em 2015, o PDDE Interativo apresentou novidades nas suas etapas de elaboração, como fruto de um processo de construção coletiva entre as equipes dos programas que integram o sistema, possibilitando assim melhorar o planejamento e realizar mais. Atualmente o Conselho escolar (ou parte dele) deverá assumir as funções do Grupo de Trabalho – GT, na construção do Diagnóstico e do Plano Integrado, isso para que a elaboração do plano seja efetivamente democrática e participativa. Fonte: <http://pddeinterativo.mec.gov.br/login.php>. Acesso em 29 de maio de 2020.



durante todo o ano. Caso o remanejamento não tenha suprido a demanda de livros das escolas, é possível solicitar a reserva técnica, também via PDDE interativo. Todas as orientações quanto à execução do PNLD em seu âmbito de gestão e, mais especificamente, quanto à utilização do sistema, são disponibilizados no portal do FNDE³.

O PNLD compra e distribui obras didáticas aos alunos do Ensino Fundamental e Médio, na modalidade regular ou Educação de Jovens e Adultos (EJA). A execução do Programa para Ensino Fundamental (regular) e Ensino Médio (regular e EJA) segue os seguintes passos:

1. Adesão - As escolas federais e os sistemas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal que desejem participar dos programas de material didático deverão manifestar este interesse mediante adesão formal, observados os prazos, normas, obrigações e procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação. O termo de adesão deve ser encaminhado uma única vez. Os beneficiários que não desejarem mais receber os livros didáticos precisam solicitar a suspensão das remessas de material ou a sua exclusão do(s) programa(s). A adesão deve ser atualizada sempre até o final do mês de maio do ano anterior àquele em que a entidade deseja ser atendida.
2. Editais - Os editais que estabelecem as regras para a inscrição do livro didático são publicados no Diário Oficial da União e disponibilizados no portal do FNDE na internet.
3. Inscrição das editoras – Os editais determinam o prazo e os regulamentos para a habilitação e a inscrição das obras pelas empresas detentoras de direitos autorais.
4. Triagem/Avaliação - Para constatar se as obras inscritas se enquadram nas exigências técnicas e físicas do edital, é realizada uma triagem pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). Os livros selecionados são encaminhados à Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), responsável pela avaliação pedagógica. A SEB escolhe os especialistas para analisar as obras, conforme critérios divulgados no edital. Esses especialistas elaboram as resenhas dos livros aprovados, que passam a compor o guia de livros didáticos.
5. Guia do livro - O FNDE disponibiliza o guia de livros didáticos em seu portal na internet e envia o mesmo material impresso às escolas cadastradas no censo escolar. O guia orientará a escolha dos livros a serem adotados pelas escolas.

³ Em: www.fnde.gov.br >> Programas >> PNLD >> Apoio à Gestão.

6. Escolha - Os livros didáticos passam por um processo democrático de escolha, com base no guia de livros didáticos. Diretores e professores analisam e escolhem as obras que serão utilizadas pelos alunos em sua escola.

7. Pedido - A formalização da escolha dos livros didáticos é feita via internet. De posse de senha previamente enviada pelo FNDE às escolas, professores fazem a escolha on-line, em aplicativo específico para este fim, disponível na página do FNDE.

8. Aquisição - Após a compilação dos dados referentes aos pedidos realizados pela internet, o FNDE inicia o processo de negociação com as editoras. A aquisição é realizada por inexigibilidade de licitação, prevista na Lei 8.666/93, tendo em vista que as escolhas dos livros são efetivadas pelas escolas e que são editoras específicas que detêm o direito de produção de cada livro.

9. Produção - Concluída a negociação, o FNDE firma o contrato e informa as quantidades de livros a serem produzidos e as localidades de entrega para as editoras. Assim, inicia-se o processo de produção, que tem supervisão dos técnicos do FNDE.

10. Análise de qualidade física - O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) acompanha também o processo de produção, sendo responsável pela coleta de amostras e pela análise das características físicas dos livros, de acordo com especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), normas ISO e manuais de procedimentos de ensaio pré-elaborados.

11. Distribuição - A distribuição dos livros é feita por meio de um contrato entre o FNDE e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que leva os livros diretamente da editora para as escolas. Essa etapa do PNLD conta com o acompanhamento de técnicos do FNDE e das secretarias estaduais de educação.

12. Recebimento - Os livros chegam às escolas entre outubro do ano anterior ao atendimento e o início do ano letivo. Nas zonas rurais, as obras são entregues nas sedes das prefeituras ou das secretarias municipais de educação, que devem efetivar a entrega dos livros. (FNDE, 2020).

13.

Entretanto, a partir da minha experiência de alguns anos como docente na Educação Básica, no passado, e do acompanhamento de muitos alunos do mestrado e do doutorado que atualmente lecionam nesse nível de ensino, na rede pública, posso afirmar que nem sempre esses passos são seguidos com o rigor e com a qualidade esperados, pois nem sempre os professores discutem as possíveis escolhas com os colegas de área ou mesmo leem todo o Guia de Livros Didáticos disponibilizado. Sem contar que,



por vezes, os prazos para a escolha dos livros são exíguos, o que limita as possibilidades de escolha. Além disso, é possível que os livros escolhidos pelos professores não cheguem à escola, porque, se numa certa região determinado título foi muito pouco escolhido, ele é preterido em favor do livro mais escolhido na região, para que a quantidade de livros adquiridos force as editoras a baixarem seus preços. Finalmente, há a possibilidade de os livros, por um motivo ou outro, nem serem usados em sala de aula, ficando empilhados em algum depósito ou sendo encaminhados para o lixo, o que caracteriza um caso seríssimo de desperdício de recursos públicos. (GONZÁLES, 2015, p.227)

Contudo, não se pode negar que editoras e autores vêm tentando adequar seus livros aos critérios do Programa desde a implantação do processo de avaliação. Isso fez com que novos autores surgissem e apresentassem suas produções à avaliação do PNLD. De modo geral, esse movimento possibilitou a elaboração de livros didáticos novos e melhores como sugerem os dados de Batista (2001, 2003 apud GONZÁLES, 2015).

Entretanto, Gonzáles (2015) chama a atenção para o fato de, em nenhum momento, o PNLD explicitar sua concepção de livro didático, o que, por omissão, acaba se filiando a uma concepção herdada da década de 1960, período em que o capitalismo se expandia por meio da intensa industrialização que demandava certo nível de escolarização, além do processo de migração em massa da zona rural para a zona urbana, de modo que a escola pública brasileira, até então responsável pelo ensino dos filhos das elites sociais, passasse a abrir suas portas para as classes populares.

O autor lembra que esse processo de ampliação do acesso à escola, além de contribuir para evidenciar a intensa variação linguística do português do Brasil, foi acompanhado da precarização das condições de trabalho dos professores que viram negados os seus direitos a uma formação inicial de qualidade e a um salário justo.

A nova lei [LDB, 1971] acaba com o privilégio de o Município e o Estado formarem seus professores. O prestígio do Magistério começa a se desfazer com a nova política salarial. As classes média e alta que, antes, optavam pelo magistério, por vocação ou interesse profissional, passam a interessar-se por outras profissões mais rendosas. Começa a evasão do Magistério e a mudança de perfil do professor. Antes uma profissão que conferia status às moças de classe média e alta; agora, a



ascensão social para os que pertencem à classe mais pobre da sociedade. (CLARE, 2002 apud GONZÁLES 2015, p.228)

Para Bagno (2007), os materiais didáticos que eram usados até então não estavam preparados para atender as necessidades educacionais do novo público que passou a frequentar as escolas, muito maior e mais diversificada do ponto de vista sociolinguístico, sociocultural e socioeconômico. A formação que as(os) professoras(es) recebiam para exercer sua atividade docente também não as(os) preparava para lidar com a nova e desafiadora realidade. Dessa forma, a variação linguística não só não entrava nos planos de ensino como era invisível e inaudível, relegada ao “submundo do erro” (BAGNO, 2007, p.33)

González (2015) ressalta que é também nesse contexto que o livro didático assume a função de estruturar as aulas dessas(es) professoras(es), concebidos como profissionais malformados e sem tempo para se preparar. Para o autor, essa concepção de livro didático contribuiu para a manutenção das precariedades da profissão ao se apresentar como um instrumento apenas paliativo para a resolução dos problemas enfrentados pelo(a) professor(a).

O autor menciona ainda que o fato de o PNLD não explicitar, em nenhum momento, sua concepção de livro didático acaba cristalizando uma concepção nascida nos anos 1960 para responder às demandas daquele momento sócio-histórico específico. Conseqüentemente, a criação de novas concepções são inibidas e limitam-se as possibilidades de o Programa promover mudanças qualitativas no ensino, uma vez que a concepção de livro didático herdada parece ter dificuldade de lidar com a multiplicidade de modos de aprender e de ensinar.

Apesar disso o Programa gastou, somente no ano de 2020, R\$ 1.390.201.035,55 – um valor bem maior do que os 500 milhões gastos em 2009 (GONZÁLES, 2015), o que torna a venda de livros didáticos um negócio bastante lucrativo para as editoras brasileiras.

Considerando somente os livros didáticos de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental, Anos Finais – objeto deste estudo – foram R\$ 119.952.942,36



distribuídos entre as seis coleções aprovadas pelo Programa, conforme pode ser visualizado na tabela a seguir:

Coleções aprovadas e adquiridas pelo PNLD 2020 – Língua Portuguesa Anos Finais do Ensino Fundamental			
Título da coleção	Autores	Editora	Valores de Livros vendidos pelo PNLD
1. Tecendo Linguagens	Lucy Aparecida Melo Araujo	IBEP	R\$ 35.785.516,25
2. Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem	Wilton de Souza Ormundo, Cristiane Escolastico Siniscalchi	Moderna	R\$ 23.080.147,81
3. Geração Alpha Língua Portuguesa	Cibele Lopresti Costa, Greta Nascimento Marchetti, Andressa Munique Paiva	SM	R\$ 20.195.309,01
4. Apoema Português	Lucia Teixeira de Siqueira e Oliveira, Karla Cristina de Araujo Faria, Silvia Maria de Sousa, Nadja Pattresi de Souza e Silva	Editora do Brasil	R\$ 18.328.434,70
5. Português: conexão e uso	Dileta Antonieta Delmanto Franklin de Matos, Laiz Barbosa de Carvalho	Saraiva	R\$ 15.184.505,43
6. Singular & Plural: leitura, produção e estudos de linguagem	Shirley Goulart de Oliveira Garcia Jurado, Marisa Balthasar Soares	Moderna	R\$ 7.379.029,16
Total gasto pelo FNDE na compra de livros didáticos de LP/anos finais em 2020			R\$ 119.952.942,36

Tabela 1: Coleções aprovadas e adquiridas pelo PNLD 2020. Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados disponíveis no site: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/escolha-pnld-2020>. Acesso em 26 de maio de 2020.

Como pode ser visualizado na tabela 1, a coleção mais escolhida pelos professores é “Tecendo Linguagens”, da editora IBEP, que sozinha abocanhou R\$ 35.785.516,25 do PNLD/2020. As duas coleções mais desejadas somam juntas 50% do valor total gasto pelo Programa com a compra de livros didáticos de Língua Portuguesa



para o Ensino Fundamental, anos finais. A coleção que irei analisar foi a terceira mais escolhida no país, faturando um montante também considerável: R\$ 20.195.309,01.

É interessante observar que todas as seis coleções aprovadas pelo PNLD foram escolhidas, embora não haja uma simetria nas escolhas. Todavia, essa assimetria é objeto para outro estudo.

Para avaliar as obras submetidas, o PNLD/2020 utiliza alguns Critérios Eliminatórios Específicos:

- a. Consistência e coerência entre os conteúdos e as atividades propostas e os objetos de conhecimento e habilidades constantes na BNCC;
- b. Contemplação de todos os objetos de conhecimento e habilidades constantes na BNCC.

Serão excluídas as obras que não contribuirão adequadamente para o desenvolvimento de todas as competências gerais e competências específicas das áreas de conhecimento, constantes na BNCC. (PNLD, 2020, p.12)

Sendo assim, as obras disciplinares e interdisciplinares devem ter como eixo central o desenvolvimento das competências gerais, das competências específicas de área e das competências específicas do componente curricular. Tais competências deverão ser desenvolvidas por meio dos objetos de conhecimento e habilidades, constantes na Base Nacional Comum Curricular – BNCC. As obras devem zelar, particularmente, pela presença e pela forma de abordagem dos objetos de conhecimento alinhados às habilidades de cada componente curricular ali presentes. Todavia, as unidades temáticas, constantes na BNCC, não devem necessariamente servir como critério para a elaboração da obra.

Dito de outra forma, o grande balizador da avaliação realizada pelo PNLD/2020 é o texto da BNCC (2018). Então, é preciso compreender as competências específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental estabelecidas na Base, dentre as quais destaco duas que estão diretamente ligadas à Variação Linguística: “Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades



linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos” e “Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual” (PNLD, 2020, p.4)

A partir disso, é exigido das obras submetidas à avaliação do PNLD:

Estar livre de estereótipos ou preconceitos de condição socioeconômica, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade, de linguagem, religioso, de condição de deficiência, assim como de qualquer outra forma de discriminação, violência ou violação de direitos humanos. (PNLD, 2020, p.8-9. Grifo meu)

O Guia Digital do Programa também estabelece que:

É fundamental, portanto, que o(a) professor(a) auxilie o(a) estudante na percepção das particularidades da língua na contemporaneidade, a variação linguística e o respeito aos diferentes modos de registro linguístico nas práticas sociais de uso do português brasileiro, para além do contexto escolar. É importante que o(a) professor(a) apresente atividades que levem à reflexão ética, responsável e respeitosa sobre a adequação, o grau de formalidade, de realização oral e escrita da língua, bem como promova a compreensão sobre como se constituem as variedades linguísticas. (PNLD, 2020, p.24-25)

Diante do exposto fica claro que, para o PNLD/2020, estar adequado e apto a ser aprovado é estar diretamente alinhado à BNCC, diferentemente do que era praticado no último PNLD/2017 que estabelecia os seus próprios critérios de avaliação.

Contudo, minha posição é de que a BNCC não é sinônimo de “qualidade” ou de “evolução” na educação brasileira, embora “venda” muito bem essa ideia. Desde suas versões preliminares até suas publicações finais, ela tem sido amplamente analisada e criticada em vários âmbitos educacionais por especialistas de muitas áreas (MACEDO, 2015; LUGLI et al 2015; ROSA, 2016; TENFEN, 2016; NEIRA, 2017; CUNHA e LOPEZ, 2017; MALERBA, 2017; ANTUNES, 2018; FREITAS e RUBBI, 2018, QUEIROZ, 2019, dentre muitos outros) que a percebem como um instrumento de aprofundamento da lógica empresarial na gestão da escola pública. De fato, não é necessário nenhum esforço crítico extraordinário para se inferir que os fundamentos pedagógicos da Base são guiados por uma diretriz pragmática, utilitária, de fundo liberal (que deposita ênfase na construção e prioridades do indivíduo – e não da coletividade)

além da nítida vocação de formar contingentes de mão de obra para o mercado de trabalho, de preferência imunes a qualquer aparato crítico (MALERBA, 2017).

Todavia, a Base não é objeto de estudo central deste texto. Passarei então a analisar a Coleção Geração Alpha – Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental, anos finais.

3 A Coleção analisada

A coleção Geração Alpha – Língua Portuguesa, da editora SM – é composta por 4 volumes do Livro do Estudante, dirigidos aos estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, acompanhados dos respectivos Manuais do Professor e dos Manuais do Professor Digital, além do Material Audiovisual, que compõe o manual digital, trazendo vídeos que subsidiam a abordagem de determinados conteúdos, principalmente os que se referem a gêneros digitais.



Imagem 1: Coleção Geração Alpha – Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental, anos finais. Edições SM, 2018.

Na sua apresentação, a coleção promete estar relacionada à BNCC e traz estruturação articulada entre campo de atuação, práticas de linguagem, objetos de conhecimento e respectivas habilidades. Apresenta-se em unidades didáticas, compostas por textos de diferentes gêneros, inclusive multimodais, pertencentes a diferentes domínios discursivos como, por exemplo, poemas, narrativas, lendas, cordel, dramáticos, mitos, reportagens, notícias, entrevistas, histórias em quadrinhos, anúncio



publicitário, infográficos, explorados com abordagem que enfatiza tanto os elementos estilísticos e a construção textual quanto aspectos discursivos como suporte, contexto de produção e de circulação, interlocutores, modos de interação e finalidades.

Os quatro eixos de ensino do Português, conforme proposto pela BNCC, são contemplados como articuladores da ação docente: Leitura, Produção de textos, Oralidade e Análise linguística/semiótica.

No que se refere à análise linguística/semiótica, objeto deste estudo, a apresentação da coleção promete que a obra propõe procedimentos e estratégias em textos de uso cotidiano, contemplando, desse modo, o uso da língua, as variedades linguísticas, a norma-padrão. O texto é o ponto de partida para as atividades de análise linguística/semiótica, conferindo, em algumas atividades, oportunidades de reflexão. Por outro lado, adverte-se que há trabalho com a gramática tradicional por meio de exercícios, por exemplo, metalinguísticos e de classificação.

O foco da minha análise é o Manual do Professor que é apresentado em formato U e traz, além de sugestões de atividades, bibliografia, orientações didáticas e respostas, competências e habilidades abordadas, pressupostos teóricos que dão suporte aos exercícios, dicas de leitura para o professor e para os alunos, textos complementares que contribuem para a formação continuada do professor bem como para a preparação de ações de interação interdisciplinar que visam enriquecer as atividades cotidianas de sala de aula.

O Material do Professor Digital é apresentado como suporte para a ampliação e o desenvolvimento das práticas didático-pedagógicas, complementando competências e habilidades mobilizadas no Manual do Professor impresso. A cada bimestre, é disponibilizado ao professor um Plano de desenvolvimento, Sequências didáticas, Propostas de acompanhamento didático e Material digital audiovisual.



3.1 Descrição da obra

Cada exemplar do Livro do Estudante tem 8 unidades, as quais, por sua vez, são constituídas por 2 ou 3 capítulos. As unidades são nomeadas conforme o gênero textual em foco, por exemplo: Unidade 1 – Narrativa de aventura; Unidade 2 – Conto Popular; Unidade 3 – História em Quadrinhos etc. (livro do 6º ano)

Na abertura de cada unidade, há imagens e questões de encaminhamento sobre o assunto abordado, que estabelecem relações entre o conteúdo da unidade e o conhecimento do leitor. Um aspecto que devo destacar são as propostas de leitura de imagem presentes em várias unidades.

Todos os capítulos são iniciados por um texto catalizador das atividades nas diferentes seções e subseções: a) Texto em estudo; b) Uma coisa puxa a outra; c) Língua em estudo; d) A língua na real; e) Escrita em pauta; f) Agora é com você; g) Investigar; h) Atividades integradas e i) Ideias em construção.

No final de cada volume estão disponíveis: a) a seção Interação, com duas propostas de projetos coletivos; b) a Bibliografia e c) os Créditos obrigatórios.

O Manual do Professor oferece uma visão geral dos conteúdos específicos destinados ao professor com os seguintes tópicos: a) A Coleção, Estratégias e abordagens; b) O ensino da Língua Portuguesa; c) Organização da Coleção; d) Textos de apoio e e) Conheça o Manual do Professor em formato U e Bibliografia. Todos eles estão subdivididos em subtópicos que pretendem auxiliar o professor na compreensão das habilidades e das competências, na visão do aluno como sujeito da aprendizagem e na importância do diálogo e da reflexão na escola. Esses tópicos tratam também, em forma de pequenos textos, das interações disciplinares no ensino de Língua Portuguesa, da Avaliação e da autoavaliação, da Investigação e da pesquisa, da BNCC e do ensino de Língua Portuguesa, bem como das competências específicas de Língua Portuguesa e da Concepção de linguagem assumida pela coleção, apresentam a organização didática da coleção a partir dos eixos de ensino – Leitura, Produção de textos, Oralidade e



Análise linguística/Semiótica – e, por último, a seleção de gêneros e escolhas linguísticas, conforme propõe a BNCC, para os anos finais do Ensino Fundamental.

A coleção exibe uma diversidade de gêneros textuais como práticas de linguagem distribuídos com uma certa progressão⁴ entre os quatro volumes:

6º ano: a) Conto popular; b) HQ; c) Relato de viagem; d) Relato de experiência; e) Poema; f) Biografia; g) Anúncio de propaganda e h) Entrevista.

7º ano: a) Conto popular; b) Peça (teatral); c) Mito e lenda; d) Crônica; e) Reportagem; f) Artigo de divulgação científica; g) Infográfico; h) Cordel; i) Carta do leitor; j) Carta de reclamação e k) Artigo de opinião.

8º ano: a) Conto de enigma; b) Conto de terror; c) Novela (excerto de capítulo); d) Romance de ficção científica (excerto de capítulo); e) Diário; f) Declaração; g) Petição (on-line); h) Verbete (de enciclopédia); i) Dissertação (acadêmica); j) Peça (teatral); k) Poema; l) Artigo de opinião; m) Editorial; n) Carta do leitor e o) Debate regrado.

9º ano: a) Conto psicológico; b) Conto social; c) Crônica; d) *Vlog* de opinião; e) Crônica esportiva; f) Reportagem; g) Reportagem de divulgação científica; h) Infográfico; roteiro de TV; i) Roteiro de cinema (excertos); j) Artigo de opinião; k) Lei (artigos de lei); l) Resenha crítica; m) Anúncio publicitário e n) Anúncio de propaganda.

O Material do Professor Digital possui ainda: a) Plano de desenvolvimento; b) Sequências didáticas; c) Proposta de Acompanhamento da Aprendizagem; d) Material digital audiovisual, constituído de explicações ou de apresentações em vídeo que pretendem ajudar o professor a aprofundar alguns dos conteúdos abordados nos Livros do Estudante. Os vídeos desse material tratam de diversos assuntos, como análise linguística, acentuação das palavras, gêneros textuais, produção de *vlog*, *Fake News* etc.

Os três componentes da coleção (Livro do Estudante, Manual do Professor e Material do Professor Digital) são relativamente articulados e reforçam a orientação

⁴ Em alguns momentos essa progressão é interrompida por uma mudança drástica de uma esfera para a outra como, por exemplo, a Unidade 6 (livro do 7º ano) que traz um gênero da esfera literária – cordel – quebrando uma sequência de gêneros textuais da esfera jornalística.



para o uso dos recursos que a obra disponibiliza ao aluno e ao professor para o trabalho em sala de aula.

É importante mencionar que a obra se pauta numa visão sociointeracionista e interdisciplinar de linguagem, por isso as práticas que norteiam os objetos de conhecimento para cada ano, partem do campo de atuação dos sujeitos que interagem.

4 Análise: o lugar e o tratamento da variação linguística

Para organizar a análise dos livros didáticos mencionados me pautei no roteiro sugerido por Bagno (2007) como instrumento de crítica e reflexão. Sendo assim, tentei responder as perguntas elencadas pelo autor, dando atenção especial para três delas que aparecerão em formas de tópico.

1. O livro didático trata da variação linguística?

A Coleção Geração Alpha de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental, anos finais, trata da Variação Linguística de forma direta, não só como “conteúdo de estudo”, em dois capítulos diferentes, no livro destinado ao 6º ano, mas como “objeto de conhecimento” por 51 vezes no decorrer dos quatro livros. Além disso, a questão da variação aparece, de forma indireta, em outros momentos como nas discussões sobre estrangeirismos na língua portuguesa, sobre registro formal e informal (livro do 9º ano), sobre variedade situacional e sobre registro adequado à situação discursiva (livro do 6º ano).

Vale lembrar que se a resposta a essa primeira pergunta fosse negativa, certamente tal coleção não seria selecionada pelo PNLD, uma vez que o tratamento da variação linguística é uma das competências específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental estabelecidas na BNCC e, portanto, critério de avaliação do Programa, conforme já mencionei anteriormente. Sendo assim, acredito que esse critério força, de uma certa forma, os autores a buscarem por uma Pedagogia da Variação Linguística e, ao mesmo tempo, a se atualizarem nessa área.



A coleção analisada também oferece ao professor, além dos livros impressos, um material digital, em forma CD (disponível no site da editora⁵), com um repertório de recursos que podem contribuir para atualização do docente e auxiliá-lo em sua prática em sala de aula, complementando o desenvolvimento de competências e habilidades proposto no Manual do Professor impresso. Para cada bimestre, são oferecidos: 1) Plano de Desenvolvimento, com um quadro com os conteúdos e os objetos de conhecimento e as habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em consonância com a proposta desenvolvida no material impresso; sugestões de práticas pedagógicas e de atividades; orientações sobre a gestão da sala de aula e sobre o acompanhamento das aprendizagens dos alunos; fontes de pesquisa; e um *Projeto integrador*, que propõe um trabalho com dois ou mais componentes curriculares; 2) Sequências Didáticas que abordam, de modo seletivo, objetos de conhecimento e habilidades previstos no Plano de Desenvolvimento; 3) Proposta de Acompanhamento da Aprendizagem que oferece um conjunto de questões para auxiliar o professor no processo de avaliação da aprendizagem dos alunos, bem como uma ficha de acompanhamento para subsidiar sua reflexão sobre esse processo e 4) Material Digital Audiovisual que pretende auxiliar os alunos na aprendizagem de conteúdos, conceitos e procedimentos e no desenvolvimento de competências e habilidades. São dois recursos em áudio ou audiovisuais que se articulam aos conteúdos do livro impresso.

No Material Digital Audiovisual do 6º ano, há um vídeo intitulado “Variação Linguística”. Preciso dizer que construí muitas expectativas diante de tal possibilidade, porém, elas foram todas frustradas, pois se tratava de um vídeo de apenas 1,48min, em forma de animação, no qual dois personagens conversavam superficialmente sobre elementos variáveis na língua portuguesa destacando itens lexicais regionais como, por exemplo, os diferentes nomes dados ao “pão francês” em diferentes estados brasileiros. Nessa “conversa” os personagens cometem um equívoco geolinguístico ao generalizar que em Santa Catarina o nome dado ao referido pão é “cacetinho”, o que me causou um

⁵ Todo o material (livros, orientações ao professor, material digital, vídeos etc) é disponibilizado no site da editora de forma gratuita, embora não seja possível fazer cópias: <http://pnld.smeducacao.com.br/assets/mpd/geracaoalpha/por/6/conteudo/apresentacao.html>. Acesso em 10 de junho de 2020.



desconforto imediato pois, como gaúcha de nascimento que sou, sei que esse é o nome utilizado para o tal pãozinho em praticamente todo o Rio Grande do Sul e que no estado vizinho o nome mais comum é “pão de trigo”, principalmente na região litorânea do estado e os Atlas Linguísticos do ALIB⁶ estão aí para confirmar essas disposições espaciais do referido léxico nas diferentes regiões do país.

Todavia, não é preciso desconsiderar o livro inteiro por conta desse erro que pode ser facilmente corrigido pelo professor, caso ele conheça esse tipo variação ou pesquise sobre o assunto, mesmo porque existem outros pontos positivos no que se refere ao tratamento dado à variação linguística como veremos a seguir.

2. O livro didático menciona de algum modo a pluralidade de línguas que existe no Brasil?

A resposta a esta pergunta é positiva, pois já no primeiro livro da Coleção, destinado ao 6º ano, no primeiro capítulo, há uma introdução aos conceitos de *língua* e *linguagem* na seção “língua em estudo” na forma de um pequeno texto, como podemos verificar na figura a seguir:

⁶ O Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB) – empreendimento de grande amplitude, de caráter nacional, em desenvolvimento – tem por meta a realização de um atlas geral do Brasil no que diz respeito à língua portuguesa. Foram lançados os dois primeiros volumes que reúnem dados de 25 capitais de estado. O atlas fundamenta-se em pesquisa *in loco* e os próximos volumes, já programados, darão conta dos resultados das 225 localidades, distribuídas por todos os estados da federação, e dos demais dados das capitais. Fonte: <https://alib.ufba.br/hist%C3%B3rico>. Acesso em 04 de junho de 2020.

A LÍNGUA

A forma específica como a linguagem verbal é compartilhada socialmente entre um grupo de pessoas em determinada região ou país é denominada **língua**. Em algumas comunidades, a língua é apenas falada, não sendo representada por um sistema de escrita.

As línguas são primeiramente orais, ou seja, **faladas**. A **escrita** é uma representação gráfica, posterior ao surgimento da língua falada. Tanto a língua falada como a escrita possuem características próprias.

Cada língua possui um conjunto de palavras e regras de combinação dessas palavras, a fim de que os falantes possam interagir entre si e se compreender. Essas regras variam conforme a situação em que utilizamos a língua. Todas as línguas são capazes de expressar significados, mas não fazem isso da mesma maneira. Por exemplo, embora a palavra *saudade*, do português, não exista em inglês, falantes do inglês são capazes de expressar esse significado por meio do verbo *to miss*, que significa *sentir falta*.

No Brasil, a **língua portuguesa**, mais especificamente o **português brasileiro**, foi herdada dos colonizadores portugueses, sofrendo, ao longo do tempo, diversas modificações devido às práticas sociais e ao contato com outras línguas, incluindo as indígenas e as africanas. O português brasileiro é uma língua diferente do **português europeu**, que também vem sofrendo modificações, o que nos revela que as línguas mudam e se transformam. A diversidade em relação às línguas é o que motiva cientistas a estudá-las. A **linguística** é a ciência que tem como objeto central de estudo a língua.

ANOTE AÍ!

A língua é uma forma de **comunicação verbal** composta por um sistema de **signos** e **estruturas gramaticais**. Ela permite que seus falantes possam interagir entre si.

⚠ Não escreva no livro.

LÍNGUAS INDÍGENAS

O português não é a única língua falada no Brasil. De acordo com dados do Censo de 2010, há mais 150 línguas indígenas faladas em território nacional, como a língua guarani-kaiowá, a xavante, a yanomami e a kaingang.

I

19


 PhotoScan do Google Fotos

Imagem 2: Textos *A língua* e *Línguas Indígenas*. Fonte: (COSTA e MARCHETTI, 2018, p.19)

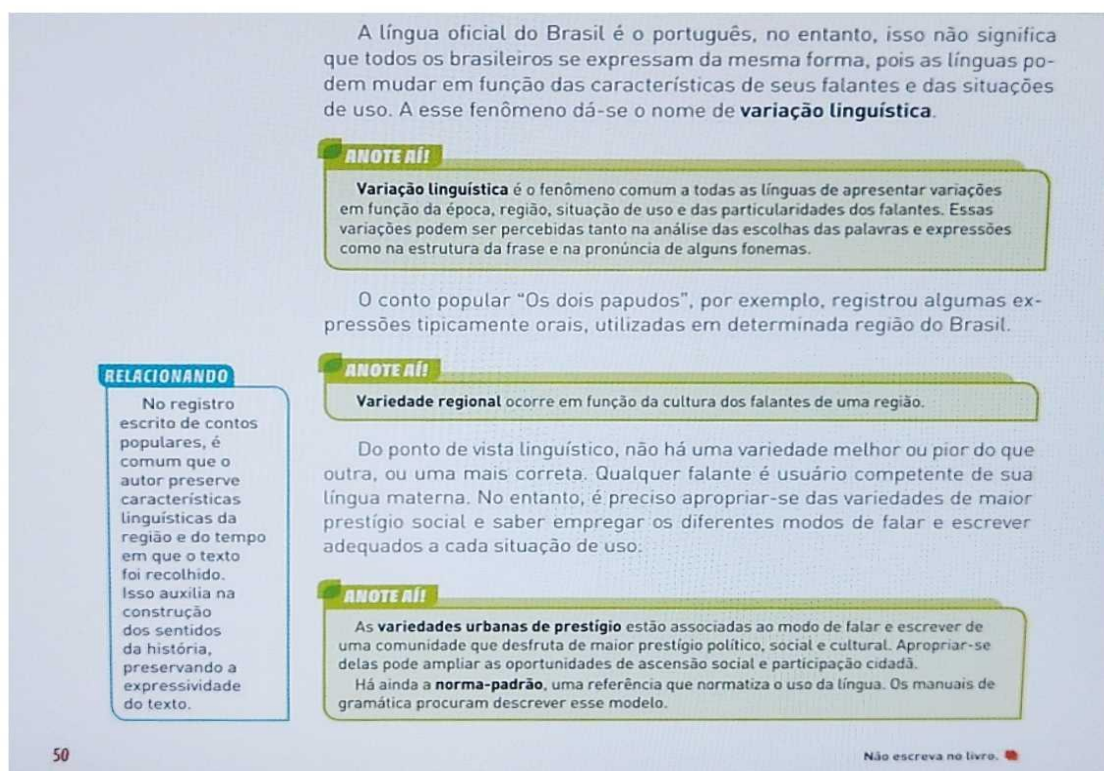
Vemos que, nesse texto, as autoras fazem questão de registrar que língua portuguesa falada no Brasil é diferente, é o *Português Brasileiro* que foi “herdado” dos colonizadores e que sofreu, ao longo do tempo, muitas modificações e interferências de outras línguas. No texto menor, ao lado direito, intitulado *Línguas Indígenas*, as autoras destacam a pluralidade das línguas indígenas faladas no território brasileiro. Embora elas deixem de mencionar explicitamente as línguas dos imigrantes, das fronteiras, dos refugiados etc. nas orientações de atividades destinadas ao professor, há a indicação de um trabalho nesse sentido plural.

É muito importante que essa pluralidade linguística brasileira, principalmente dos indígenas, não seja silenciada nos livros didáticos, pois o Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que 274 línguas

indígenas são faladas no país por 37,4% índios com mais de 5 anos de idade, sendo que 6 mil deles falam mais de duas. A fluência em pelo menos uma delas foi verificada em 57,3% dos índios que vivem em terras indígenas reconhecidas. Fora delas, esse percentual cai para 12,7%. O português não é falado por 17,5% do total, cerca de 130 mil pessoas. Só esses dados, sem considerar as línguas dos imigrantes etc., já são suficientes para derrubar o mito do monolinguismo brasileiro construído há séculos nesse território e preservado desde sempre pelas escolas.

3. O tratamento se limita às variedades rurais e/ou regionais?

Embora a coleção dedique uma seção inteira chamada *Língua em Estudo*, no livro do 6º ano (p.50-51), às “Variedades Regionais”, as autoras não se limitam a esse tipo de variação. Isso fica claro nas explicações e orientações aos professores:



A língua oficial do Brasil é o português, no entanto, isso não significa que todos os brasileiros se expressam da mesma forma, pois as línguas podem mudar em função das características de seus falantes e das situações de uso. A esse fenômeno dá-se o nome de **variação linguística**.

ANOTE AÍ!
Varição linguística é o fenômeno comum a todas as línguas de apresentar variações em função da época, região, situação de uso e das particularidades dos falantes. Essas variações podem ser percebidas tanto na análise das escolhas das palavras e expressões como na estrutura da frase e na pronúncia de alguns fonemas.

O conto popular “Os dois papudos”, por exemplo, registrou algumas expressões tipicamente orais, utilizadas em determinada região do Brasil.

RELACIONANDO
No registro escrito de contos populares, é comum que o autor preserve características linguísticas da região e do tempo em que o texto foi recolhido. Isso auxilia na construção dos sentidos da história, preservando a expressividade do texto.

ANOTE AÍ!
Variedade regional ocorre em função da cultura dos falantes de uma região.

Do ponto de vista linguístico, não há uma variedade melhor ou pior do que outra, ou uma mais correta. Qualquer falante é usuário competente de sua língua materna. No entanto, é preciso apropriar-se das variedades de maior prestígio social e saber empregar os diferentes modos de falar e escrever adequados a cada situação de uso.

ANOTE AÍ!
As **variedades urbanas de prestígio** estão associadas ao modo de falar e escrever de uma comunidade que desfruta de maior prestígio político, social e cultural. Apropriar-se delas pode ampliar as oportunidades de ascensão social e participação cidadã.
Há ainda a **norma-padrão**, uma referência que normatiza o uso da língua. Os manuais de gramática procuram descrever esse modelo.

50 Não escreva no livro.

 PhotoScan do Google Fotos

Imagem 3: Explicação de Variação Linguística – Variedades Regionais. Fonte: (COSTA e MARCHETTI, 2018, p.50)



Nas Orientações Didáticas, que estão logo abaixo dos textos da imagem 3, as autoras sugerem ao professor que “ao trabalhar o conceito de variedade regional, ressalte que as variações não ocorrem apenas entre habitantes do meio rural e do meio urbano. Elas também ocorrem entre falantes de diferentes regiões, independentemente de comporem sociedades urbanas ou rurais” (COSTA e MARCHETTI, 2018, p.50).

Além disso, em alguns momentos, as autoras orientam o professor a conversar com os alunos sobre o *Preconceito Linguístico*: “chame atenção para o fato de que, muitas vezes, as variedades linguísticas são usadas em gêneros como piadas para zombar de determinados grupos sociais ou comunidades regionais” (COSTA e MARCHETTI, 2018, p.50).

Mais adiante, no mesmo livro do 6º ano, as autoras dedicam outra seção *Língua em Estudo* ao tema *Variação Linguística: Variedades Situacionais e Sociais*. O assunto é introduzido por meio de dois excertos de textos, o primeiro é de Chapeuzinho Esfarrapado e outros contos feministas do folclore mundial⁷ e o segundo é a contracapa do livro *Histórias de Ananse*⁸, ambos servem de gatilho para fomentar a discussão sobre a necessidade de adequarmos nossa linguagem à situação de comunicação que envolve interlocutores, o contexto e a intenção de quem produz o texto. Em seguida elas mencionam que “a variação no uso da língua que pode ser observada conforme as diferentes situações de comunicação no dia a dia recebe o nome de variedade situacional” (COSTA e MARCHETTI, 2018, p.62).

Na sequência as autoras estabelecem a diferença entre *Registro Informal* e *Registro Formal* abordando o fenômeno da Gíria por meio da seguinte tirinha:

⁷ Obra de Ethel Johnston Phelps (Org). São Paulo: Seguinte, 2016.

⁸ Obra de Adwoa Badoe e Baba Wagué Diakitê. São Paulo: SM, 2006.



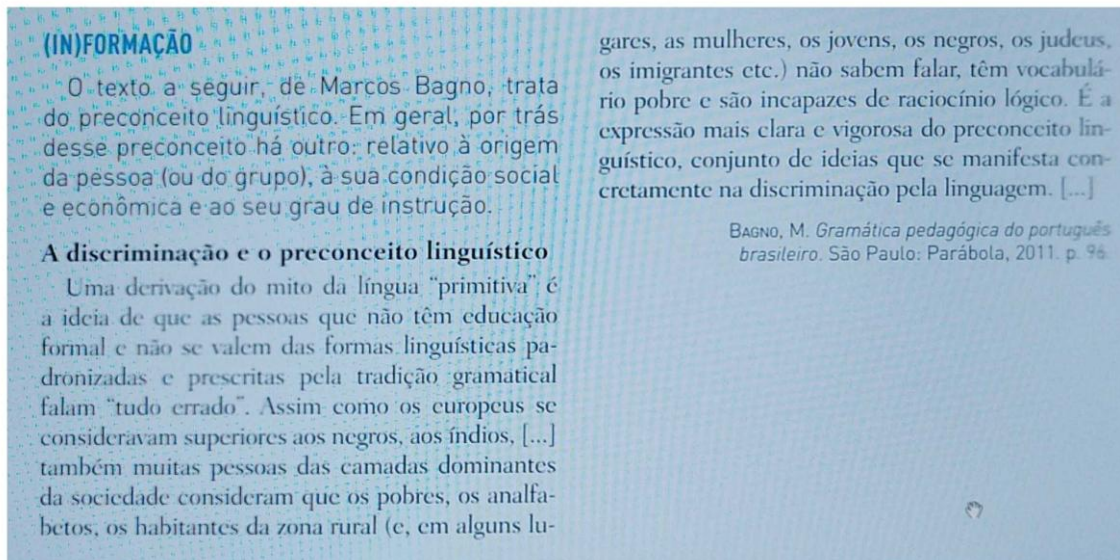
PhotoScan do Google Fotos

Imagem 4: Tirinha sobre gíria. Livro do 6º ano da Geração Alpha. Fonte: (COSTA e MARCHETTI, 2018, p.63)

As autoras propõem algumas atividades interpretativas acerca dessa tirinha e, nas sugestões ao professor, esclarecem que o essencial é os alunos perceberem se usam ou não gírias. Elas também orientam o docente a comentar “que as gírias se originam em grupos pequenos, caracterizando a identidade dessas comunidades. Auxilie-os a notar que o uso de gíria não é, em si, um problema; o preconceito costuma ser provocado pelo uso desse modo de falar em situações inadequadas” (COSTA e MARCHETTI, 2018, p.63).

Em seguida, as autoras trazem as definições de *Variedades Sociais* e de *Preconceito Linguístico*, respectivamente: (i) “a variação de uso da língua por meio de falantes que compartilham características socioculturais (classe econômica, nível cultural, profissão, idade, interesses etc.)”; (ii) “resulta da comparação equivocada entre um modelo idealizado de língua (baseado nas gramáticas e nos dicionários) e os modos de falar em situações reais” (COSTA e MARCHETTI, 2018, p.63).

Nesse momento, as autoras sugerem ao professor um aprofundamento acerca do tema *Preconceito Linguístico* trazendo um excerto da Gramática Pedagógica do Português Brasileiro, do Sociolinguista brasileiro Marcos Bagno:



PhotoScan do Google Fotos

Imagem 5: Texto sobre a discriminação e o preconceito linguístico. Livro do 6º ano da Geração Alpha. Fonte: (COSTA e MARCHETTI, 2018, p.63)

Além do texto acima, as autoras sugerem outras fontes de consulta para o professor como a *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*⁹ – um documento que dá suporte à reflexão sobre diferentes realidades nacionais e diversidades linguísticas – e um texto intitulado *Como está o seu internetês?*¹⁰ – um artigo que apresenta termos utilizados tipicamente na internet e as palavras da norma-padrão correspondentes, além de propor uma discussão sobre o uso dessa linguagem ser ou não prejudicial.

Como atividade complementar, as autoras sugerem duas pesquisas igualmente interessantes: a primeira seria uma pesquisa conduzida por equipes de alunos, na qual eles buscariam por textos com gírias usadas por adolescentes ou com jargões utilizados por profissionais de diferentes áreas e apresentariam os resultados para a turma; a segunda seria uma ampliação da discussão sobre preconceito linguístico, na qual o professor propõe uma atividade para que os alunos reflitam sobre como isso afeta os povos indígenas. Para isso elas sugerem que o professor realize um debate em sala de

⁹ Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Barcelona, 1996. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf Acesso em 05 de junho de 2020.

¹⁰ SMALL, B. Como está o seu internetês? Conheça a linguagem utilizada no mundo on-line. Tecmundo. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/twitter/2467-como-esta-o-seu-internetes-conheca-a-linguagem-utilizada-no-mundo-online.htm> Acesso em 05 de junho de 2020.



aula a partir da leitura da reportagem *Como Índios superam preconceito e assumem protagonismo em várias áreas*¹¹.

Ainda na sequência do mesmo capítulo as autoras tratam da *Variação de Registro* e da *Adequação à Situação Discursiva* (oral e escrita) por meio de atividades de leitura, análise e produção de textos. Por fim, elas trazem um boxe intitulado *Etc. e Tal* sobre a origem das palavras *sim* e *não* que possibilita aos alunos a observação do dinamismo da língua e da variação diacrônica sinalizando que, conforme a necessidade e o contato entre povos ao longo do tempo, os falantes de uma língua se apropriam de termos de outros idiomas. Esse assunto é retomado no livro do 9º ano quando é tratada a questão dos *Estrangeirismos na Língua Portuguesa*, na unidade 8 (NOGUEIRA, MARCHETTI e CLETO, 2018, p.268).

Muitos outros aspectos relacionados à variação linguística são trazidos pelas autoras e pelos demais autores da coleção¹², porém, o espaço limitado de um artigo não me permite explorar cada um deles detalhadamente. Entretanto, posso afirmar que Costa e Marchetti (2018) demonstram estar interessadas em fazer da variação linguística um objeto de ensino sem cair na opção surrada de explorar as revistinhas do Chico Bento.

Considerações finais

Retomando o objetivo central deste estudo – analisar como os livros da Geração Alpha para o Ensino Fundamental, anos finais, tratam a variação linguística em sua coleção – posso dizer que me surpreendi positivamente, pois confesso que não esperava encontrar uma proposta tão próxima dos pressupostos de uma Pedagogia da Variação Linguística, nos termos de Zilles e Faraco (2015), embora tenha encontrado alguns pequenos equívocos e lacunas, já relatados no decorrer da análise.

¹¹ Fonte: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/04/19/interna-brasil,674649/indios-superam-preconceito-e-assuem-protagonismo-em-varias-areas.shtml> Acesso em 05 de junho de 2020.

¹² De forma direta, foram 51 vezes que o termo “variação linguística” aparece ao longo da coleção.



De acordo com Bagno (2007, p.125), quando se trata do ensino de língua portuguesa no ensino fundamental, “o mais importante de tudo é preservar, no ambiente escolar, o respeito pelas diferenças linguísticas, insistir que elas não são ‘erros’ e até mesmo tentar, na medida do possível, mostrar a lógica linguística delas”. Acredito que as autoras atingiram esse objetivo no material que propuseram. Porém, sabemos que para que uma pedagogia da variação linguística se realize de fato, é preciso mais do que um bom material didático, é preciso que professoras e professores se preparem, pesquisem, reconheçam os fenômenos variáveis da língua para poder conduzir de forma eficaz um boa discussão em sala de aula.

Além disso, é preciso que as docentes e os docentes adequem o material didático a sua realidade linguística local, o que significa dizer que em alguns momentos eles e elas poderão subtrair alguns assuntos e, muitas vezes, terão que tocar em questões não contempladas pelos livros didáticos como, por exemplo, o contato linguístico existente nas regiões de fronteira, o multilinguismo dos alunos dentro da sua própria sala de aula, o preconceito racial/cultural etc.

Por fim, como bem lembra Bagno (2007), todo esse trabalho com a variação linguística na sala de aula depende da sensibilidade de professoras e professores para lidar com questões que vão muito além dos aspectos meramente linguísticos e envolvem, sobretudo, aspectos sociais, culturais, políticos e de identidade.

Referências

ANTUNES, A. (2018). **A quem interessa a BNCC?** EPSJV/Fiocruz. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/a-quem-interessa-a-bncc>> Acesso em 02 de junho de 2020.

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso:** por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em 01 de junho de 2020.



CYRANKA, L. F. M. A Pedagogia da Variação Linguística é possível? In: ZILLES, A.M. e FARACO, C.A. . (Orgs) **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

COSTA, C. L. e MARCHETTI, G. **Geração alpha língua portuguesa: ensino fundamental, anos finais, 6º ano**. São Paulo: Edições SM, 2018.

COSTA, C. L.; NOGUEIRA, E. e MARCHETTI, G. **Geração alpha língua portuguesa: ensino fundamental, anos finais, 7º ano**. São Paulo: Edições SM, 2018.

CUNHA, E. V. R.; LOPEZ, A. C. **Base nacional comum curricular no Brasil: regularidade na dispersão**. *Investigación Cualitativa*, v. 2, n. 2, p. 23-35, 2017.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação, 2020. Programas do Livro. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/funcionamento>>. Acesso em: 29 de maio de 2020.

FARACO, C. A. Norma culta brasileira: construção e ensino. In: ZILLES, A.M. e FARACO, C.A. . (Orgs) **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

FREITAS, U. P.; RUBBI, G. S. Uma análise da BNCC: a história em perspectiva. **Revista P@rtes**. São Paulo, 2018.

GONZÁLES, C.A. Variação linguística em livros de português para o EM. In: ZILLES, A.M. e FARACO, C.A. (Orgs) **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

LUGLI, R. S. G.; BATISTA, A. A. G.; RIBEIRO, V. M.; GUSMÃO, J. B. de; KASMIRKI, P. R. **Consensos e dissensos em torno de uma Base Nacional Comum Curricular no Brasil**. 2015. (Relatório de pesquisa). Disponível em: <http://www.cenpec.org.br/2015/09/18/pesquisaconsensos-e-dissensos-em-torno-de-uma-basecurricular-comum-no-brasil/> Acesso em: 02 de maio de 2020.

PNLD 2017 – **Língua portuguesa – Ensino fundamental anos finais** / Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016.

PNLD 2020 – **Guia Digital: língua portuguesa – Ensino fundamental anos finais** / Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/patri/OneDrive/Área%20de%20Trabalho/Arquivos%20salvos%20no%20Desktop/Artigo%20pra%20revista%20Sociodialeto/Guia_pnld_2020_pnld2020-lingua-portuguesa.pdf> Acesso em 01 de junho de 2020.

PREFEITURA DE CAMPO GRANDE. CG Notícias. Notícias. Educação. **Reme de Campo Grande se destaca e fica com 4º maior Ranking do Ideb das Escolas Públicas do País**. 13/09/2018. Disponível em: <<http://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticias/remese-destaca-no-ensino-e->



[fica-com-4-maior-ranking-do-ideb-das-escolas-publicas-do-pais/](#)> Acesso em 2 de junho de 2020.

MACEDO, E. **Base Nacional Comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem?** Educ. Soc., Campinas, v. 36, n.º. 133, p. 891-908, out.-dez., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es36-133-00891.pdf> > Acesso em: 02 de junho de 2020.

MALERBA, J. **Uma análise da Base Nacional Comum Curricular.** Café História. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/uma-analise-da-base-nacional-comum-curricular/>> 2017. Acesso em 02 de junho de 2020.

NEIRA, M. G. **Terceira versão da BNCC: retrocesso político e pedagógico.** Anais do XX Congresso Brasileira de Ciências do Esporte e do VII Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Goiânia, 2017. Disponível em: <http://www.gpef.fe.usp.br/teses/marcos_38.pdf>. Acesso em 2 de junho de 2020.

NOGUEIRA, E.; MARCHETTI, G. e SCOPACASA, M. V. **Geração alpha língua portuguesa: ensino fundamental, anos finais, 8º ano.** São Paulo: Edições SM, 2018.

NOGUEIRA, E.; MARCHETTI, G. e CLETO, M. L. **Geração alpha língua portuguesa: ensino fundamental, anos finais, 9º ano.** São Paulo: Edições SM, 2018.

QUEIROZ, F. L. O. **Epistemologias Decoloniais e Concepções de Língua: por mais Diálogos com a BNCC.** Dissertação de Mestrado em Estudos de Linguagens. UFMS, 2019.

ROSA, R. T. D. **Base Nacional Comum Curricular – segunda versão: uma análise a partir da área de Ciências da Natureza do Ensino Médio.** Seminário Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, 2016.

TENFEN, F. N. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Editorial.** Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v. 33, n. 1, p. 1-2, abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/2175-7941.2016v33n1p1> Acesso em: 02 de junho de 2020.

ZILLES, A.M. e FARACO, C.A. (Orgs). **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino.** São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

Recebido Para Publicação em 10 de junho de 2020.

Aprovado Para Publicação em 03 de agosto de 2020.